

16º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2025

REPARAÇÃO (IM)POSSÍVEL: A LUTA DAS MULHERES DE PARACATU DE BAIXO POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

GABRIEL MATEUS SILVA LEITE¹, MONIQUE SANCHES MARQUES²,
KERLEY DOS SANTOS ALVES³, PATRÍCIA SOARES DA SILVA⁴.

¹ Mestrando em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto, gabriel.leite1@aluno.ufop.edu.br.

² Docente no mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto, monique.marques@ufop.edu.br.

³ Docente no mestrado em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental e no mestrado em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto, kerley@ufop.edu.br.

⁴ Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Viçosa, arqpatsoares@gmail.com.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 6.00.00.00-7 Ciências Sociais Aplicadas

RESUMO: O trabalho apresenta uma análise socioespacial e cultural dos impactos do rompimento da barragem de Fundão na comunidade de Paracatu de Baixo, a partir das experiências vividas pelas mulheres atingidas. A pesquisa, realizada no contexto da disciplina “Água e Gênero” (PPGSSA/UFOP), teve como objetivo compreender como os processos de deslocamento involuntário afetam as relações com a água, o território e os modos de vida, tanto no território de origem quanto no reassentamento coletivo. A metodologia adotada combinou observação participante, escuta qualificada e cartografia social. Os resultados evidenciam a desestruturação de práticas socioculturais, produtivas e afetivas no reassentamento, bem como os desafios de reterritorialização enfrentados pelas famílias atingidas. A água, elemento central da análise, emergiu como símbolo de vida, memória e pertencimento. As mulheres se destacam como protagonistas da luta por justiça e reparação, reafirmando vínculos com o território e com os seus saberes ancestrais. Conclui-se que as estratégias tecnocráticas de reparação desconsideram as dimensões imateriais da moradia e da vida comunitária, comprometendo a efetividade do direito à reparação integral e à permanência com dignidade.

PALAVRAS-CHAVE: barragem de Fundão, água, gênero, deslocamento involuntário, reassentamento, território.

(IM)POSSIBLE REPARATION: THE STRUGGLE OF THE WOMEN OF PARACATU DE BAIXO FOR SOCIOENVIRONMENTAL JUSTICE

ABSTRACT: This study presents a socio-spatial and cultural analysis of the impacts of the Fundão dam collapse on the community of Paracatu de Baixo, grounded in the lived experiences of the affected women. Conducted within the scope of the “Water and Gender” course (PPGSSA/UFOP), the research sought to understand how processes of involuntary displacement shape relationships with water, territory, and ways of life, both in the place of origin and in the collective resettlement. The methodology combined participant observation, in-depth listening, and social mapping. The findings reveal the dismantling of sociocultural, productive, and affective practices in the resettlement, as well as the challenges of reterritorialization faced by the affected families. Water, the central element of the analysis, emerged as a symbol of life, memory, and belonging. Women stand out as key protagonists in the struggle for justice and reparation, reaffirming their ties to the territory and their ancestral knowledge. It is concluded that technocratic reparation strategies overlook the intangible dimensions

of housing and community life, thereby undermining the effectiveness of the right to full reparation and the right to remain with dignity.

KEYWORDS: Fundão dam; water; gender; involuntary displacement; resettlement; territory.

INTRODUÇÃO

O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana/MG, em 2015, representa um marco trágico da expansão do neoextrativismo (Svampa, 2019) no Brasil. O desastre socioambiental, causado pela mineradora Samarco (controlada pela Vale e BHP Billiton), liberou milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos, destruindo comunidades e provocando deslocamentos forçados e processos de desterritorialização (Haesbaert, 2004). Esse evento revela a lógica de expropriação dos bens comuns característica do capitalismo extrativista neoliberal (Aráoz, 2020). Para Porto-Gonçalves e Leff (2015), a modernidade capitalista intensificou a apropriação colonial da natureza, aprofundando desigualdades socioambientais e conflitos territoriais. Um dos exemplos mais emblemáticos desse processo é Paracatu de Baixo, comunidade profundamente afetada pelo desastre, com perdas irreparáveis.

Este trabalho, fruto de uma visita realizada no âmbito da disciplina “Água e Gênero” (Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental da Universidade Federal de Ouro Preto – PPGSSA/UFOP), tem como objetivo analisar os efeitos socioespaciais e culturais do desastre, com ênfase nas experiências das mulheres atingidas. Busca-se compreender como os processos de reassentamento impactam suas relações com a água, o território e as práticas socioculturais.

As estratégias de reparação adotadas pelas empresas causadoras dos danos negligenciam as dimensões imateriais da moradia, rompendo vínculos de pertencimento e inviabilizando a continuidade de práticas cotidianas. A pesquisa é parte das atividades do Grupo de Pesquisa sobre Conflitos em Territórios Atingidos (Conterra/UFOP), e justifica-se pela necessidade de evidenciar as dimensões subjetivas e simbólicas frequentemente ignoradas pelas abordagens tecnocráticas de reparação.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma atividade de campo realizada em 5 de julho de 2025, com visita ao território de Paracatu de Baixo, abrangendo tanto a localidade original quanto o reassentamento coletivo. Participaram cerca de nove alunos do mestrado, as professoras responsáveis pela disciplina e três mulheres atingidas, importantes lideranças comunitárias, cujas trajetórias de luta e resiliência fortalecem a caminhada coletiva por justiça e reparação.

A metodologia combinou observação participante, análise socioespacial e escuta qualificada dos relatos orais das lideranças. A atividade integrou a disciplina “Água e Gênero”, do Mestrado Profissional em Sustentabilidade Socioeconômica Ambiental da UFOP, com enfoque nas interações entre gênero, território e acesso à água. Foram aplicadas técnicas de mapeamento participativo e cartografia social, além de rodas de conversa com as atingidas.

A análise das informações foi conduzida de forma qualitativa, conforme Minayo (2001), que destaca essa abordagem como a mais adequada para interpretar processos sociais em sua totalidade, considerando aspectos subjetivos, simbólicos e contextuais. Buscou-se articular as percepções das moradoras com as transformações socioespaciais observadas, tendo como referenciais teóricos a ecologia política dos desastres socioambientais e o direito à moradia adequada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao chegarem ao território de origem, os participantes foram acolhidos com um café compartilhado e um momento de escuta. Na roda de conversa, discutiu-se o significado da água em suas dimensões individual e coletiva, destacando suas conexões com a vida, a espiritualidade e a luta. Uma das lideranças locais, identificada como APBA¹, refletiu sobre a ambiguidade da água, que, além de

¹ Os nomes das atingidas foram substituídos por códigos alfanuméricos com o objetivo de preservar suas identidades e garantir a proteção de seus direitos de privacidade.

representar sustento, passou a carregar memórias de destruição: “a lama surfou na água”. A frase evidencia como esse elemento vital foi negativamente marcado pelos efeitos da ação humana, sobretudo no contexto do antropoceno e do capitaloceno, em que a lógica do lucro transforma bens naturais em instrumentos de violência e violação de direitos. Ressalta-se que não é a água que destrói, mas sua contaminação por rejeitos tóxicos oriundos da atividade minerária.

Foi realizada uma análise socioespacial da comunidade, guiada pelas atingidas e por relatos orais, iniciando pela Praça de Santo Antônio, espaço central da vivência comunitária e religiosa. Mesmo em meio à devastação, os cursos d’água como o “Corguinho” ainda cortam a comunidade, embora deslocados pela lama, evidenciando as alterações na dinâmica hídrica local. Paracatu de Baixo possui configuração longitudinal, com terrenos amplos e uso predominantemente agrícola, sustentando um modo de vida embasado no autoconsumo, nas trocas e na produção coletiva. Quintais com hortas, pomares e criação de animais compunham a paisagem, hoje marcada por uma sociabilidade fragilizada.

Figura 01: Vista panorâmica -
território de origem.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Figura 02: Cavalo bebendo água em pequeno lago.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

A destruição física do território desestruturou práticas produtivas, culturais e afetivas. Como reflexo, a festa de Santo Antônio, neste ano pela primeira vez, foi realizada fora da comunidade. Ainda resistem cerca de oito famílias na origem, que segundo os relatos estão sendo pressionadas a deixar suas casas. A atingida APBA relatou a insuficiência das reparações: “não receberam o que tinham”. A visita à antiga escola, tomada pela lama, foi um momento de forte impacto emocional. As carteiras permanecem nos mesmos lugares, como se o tempo houvesse parado, e as atingidas resgataram memórias de sua relação ancestral com o território: “nosso umbigo foi enterrado em cada parte”.

Figura 03: Escola de Paracatu de Baixo -
território de origem.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Figura 04: Interior da escola.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Foram observadas crianças brincando nas ruas e animais bebendo água em pequenos lagos, cenas que evidenciam a permanência, ainda que fragilizada, dos vínculos com o território. No cemitério local, as práticas de cuidado com os túmulos reforçam o sentimento de pertencimento. Uma das atingidas, identificada como APBE, comparou: “lá tem que pagar pra ser enterrado (reassentamento), aqui não”. Além das perdas materiais, os relatos destacaram a estigmatização sofrida pelas atingidas após o deslocamento, tornando-se alvo de preconceito e discriminação.

Em seguida, o grupo se deslocou para o reassentamento coletivo involuntário, onde o contraste com o território de origem tornou-se evidente. Logo na entrada, a presença de uma guarita com vigilância privada simbolizava a ruptura com as práticas comunitárias abertas. O território apresenta características urbanas que dificultam a reapropriação pelos reassentados: ruas largas, desníveis e ausência de vegetação comprometiam a mobilidade e a qualidade ambiental. A ausência de pontos hídricos visíveis e as falhas no abastecimento, que fazem com que algumas casas dependam de caminhões-pipa, expõe a precariedade hídrica no reassentamento.

Figura 05: Vista panorâmica - reassentamento coletivo involuntário.



Fonte: Macaca Filmes *apud* Henrique, 2024.

Figura 06: Praça Santo Antônio.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Houve diversos atrasos nas obras dos reassentamentos, e até o momento algumas pessoas ainda não foram reconhecidas como atingidas com direito ao reassentamento coletivo. Nem todas conseguiram se mudar das moradias provisórias, e parte das famílias ainda se encontra em etapas de desenvolvimento ou construção das novas casas. Conforme destaca a Cáritas² (2021), os atrasos na construção das moradias e na preparação dos terrenos decorrem diretamente da Política de Atendimento adotada pela Fundação Renova³ ao longo do processo de reparação. Ainda antes do início das obras, já se observava a postergação injustificável de etapas como: negociação e aquisição dos terrenos, realização de estudos legais e ambientais, elaboração e revisão dos projetos urbanísticos e arquitetônicos, além do não cumprimento dos prazos estabelecidos em convênios com o poder público.

O modelo construtivo, com padronização e lógica urbana, distancia-se das referências rurais, gerando um sentimento de estranhamento. As famílias reassentadas passarão a enfrentar novas

² A Cáritas Brasileira é um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), atuante na promoção e defesa dos direitos humanos e na assistência humanitária. No contexto do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), a Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais exerce o papel de Assessoria Técnica Independente (ATI), escolhida de forma autônoma pela população atingida. Sua atuação envolve assessoria jurídica e técnica, fortalecimento comunitário e mobilização social, assegurando a participação qualificada dos atingidos nos processos de reparação e promovendo a isonomia de forças frente às empresas responsáveis pelos danos.

³ Entidade sem fins lucrativos criada em 2016 para coordenar e executar as ações de reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Com o novo acordo de repactuação firmado entre Samarco, Vale, BHP Billiton e instituições públicas (2024), ficou definida a extinção da Fundação Renova e a criação de novas estruturas para condução do processo reparatório.

obrigações urbanísticas, como o imposto predial e territorial urbano (IPTU) e tarifas de água, além de aumentos nos gastos com alimentação, rompendo com o modo de vida de subsistência e autonomia que mantinham em Paracatu de Baixo. Trata-se de um processo de desterritorialização (Haesbaert, 2004) que desrespeita os parâmetros internacionais do direito à moradia adequada (United Nations, 1991), ao ignorar aspectos culturais e de pertencimento.

Em seguida, todos se deslocaram até o Sítio Arqueológico Josino Carneiro para participar da oficina “Mapeamento Participativo e Narrativas Locais”. A atividade reuniu as atingidas que acompanhavam as ações, além de crianças da comunidade, com o objetivo de investigar, de forma colaborativa, as experiências e os papéis de homens e mulheres em relação à água. Trata-se de uma metodologia ativa, baseada na cartografia social e na construção coletiva do conhecimento, que contribuiu para enriquecer a formação crítica dos pós-graduandos.

Os participantes foram divididos em dois grupos, compostos por discentes do curso e por crianças da comunidade, que também se engajaram ativamente na oficina. Utilizando pincéis coloridos e folhas de cartolina, as vivências compartilhadas ao longo do dia foram sistematizadas por meio de desenhos, estabelecendo comparações entre os modos de vida no território de origem e no reassentamento. As produções visuais expressaram não apenas memórias, mas também afetos, perdas, deslocamentos involuntários e formas de viver das famílias atingidas.

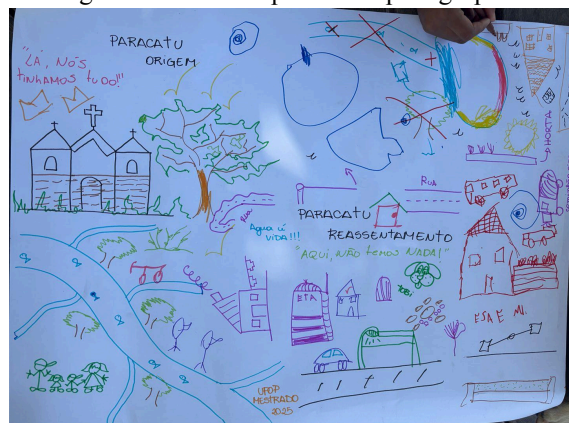
Ao final, foi realizada uma roda de partilha, na qual cada grupo apresentou sua síntese visual. Ficou evidente a centralidade das mulheres no processo de resistência e reconstrução comunitária: elas ocupam posições de liderança, articulam mobilizações e preservam vínculos com o território, com os saberes tradicionais e com a ancestralidade. As falas e produções gráficas evidenciaram a luta pelo direito de permanecer, de viver com dignidade e respeito aos seus modos de vida, práticas culturais e relações comunitárias. O acesso à água, mais do que um recurso, foi reafirmado como símbolo de vida, ancestralidade, autonomia e continuidade dos laços com o território de origem.

Figura 07: Material produzido pelo grupo 1.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Figura 08: Material produzido pelo grupo 2.



Fonte: Acervo pessoal, 2025.

Mais do que um exercício de observação, a atividade foi uma vivência de escuta, empatia e reflexão. As narrativas das mulheres atingidas revelaram dimensões que extrapolam os impactos materiais, evidenciando perdas simbólicas, espirituais, afetivas e culturais. A visita técnica ao território de Paracatu de Baixo, abrangendo tanto a comunidade original quanto o reassentamento coletivo, constituiu uma experiência profundamente marcante, tanto no âmbito acadêmico quanto no pessoal. A atividade proporcionou um contato direto com as realidades complexas e frequentemente invisibilizadas das populações atingidas.

CONCLUSÕES

A visita permitiu compreender as múltiplas rupturas provocadas pelo desastre: nas formas de habitar, produzir, viver e morrer. O contraste entre o território de origem e o reassentamento revelou a inadequação das soluções impostas pelas empresas, marcadas pela ausência de infraestrutura hídrica, desconexão com os modos de vida tradicionais e enfraquecimento das redes comunitárias. O

reassentamento reproduz uma lógica tecnocrática e padronizada, negligenciando elementos essenciais à reparação integral, como pertencimento, identidade cultural e autonomia.

A oficina de mapeamento foi um espaço potente de troca intergeracional e expressão coletiva. As mulheres, protagonistas desse processo, reafirmaram seu papel como guardiãs da memória, da água e da vida comunitária. A atividade mostrou, de forma contundente, que não há reparação possível sem escuta qualificada, reconhecimento das violências vividas e a centralidade das populações atingidas nos processos decisórios. Mais do que um exercício acadêmico, a experiência convocou todos a repensar os papéis da universidade, da pesquisa e das políticas públicas na construção de caminhos mais justos, sensíveis e comprometidos com a vida.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

G.M.S.L. e P.S.D.S. contribuíram com a redação do trabalho. M.S.M. atuou na curadoria e análise dos dados. K.S.A. foi responsável pela definição da metodologia. Todos os autores contribuíram com a revisão do trabalho e aprovaram a versão submetida.

REFERÊNCIAS

ARÁOZ, Horácio Machado. **Mineração, genealogia do desastre**: o extrativismo na América como origem da modernidade. Tradução de João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL MINAS GERAIS. **Atrasos**: relatório de entrega dos reassentamentos – Comunidade Bento Rodrigues, Comunidade Paracatu de Baixo, Comunidades Rurais – Mariana/MG. Fevereiro, 2021.

GOMIDE, Caroline et al. **Dicionário Crítico da Mineração**. Marabá: Editorial iGuana, 2018.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 13ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2004.

HENRIQUE, Thyago. Obras dos novos distritos de Mariana serão concluídas em breve. **Diário do Comércio**, 10 maio 2024. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/economia/obras-novos-distritos-mariana-serao-concluidas-em-breve/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; LEFF, Enrique. **Political Ecology in Latin America**: the Social Re-Appropriation of Nature, the Reinvention of Territories and the Construction of an Environmental Rationality. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 65–80, dez. 2015. DOI: 10.5380/dma.v35i0.43543.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina**: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

UNITED NATIONS. **Committee on Economic, Social and Cultural Rights**. General Comment N° 04: The Right to Adequate Housing (Art. 11, Para. 1). Geneva, 1991. Disponível em: <https://www.refworld.org/legal/general/cescr/1991/en/53157>. Acesso em: 10 maio 2025.